



B3	Moedas					
Ibovespa 190.536 pts ↓ -0,44%	Dólar Comercial R\$ 5,019 ↑ 0,29%	Dólar Turismo R\$ 5,212 ↑ 0,28%	Euro Comercial R\$ 5,876 ↑ 0,47%	Euro Turismo R\$ 6,117 ↑ 0,45%		

Agenda prioritária do cooperativismo brasileiro é apresentada a Alckmin



O presidente do Conselho de Administração do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, e a presidente executiva, Tania Zanella, se reuniram, nesta quarta-feira (22), com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, para apresentar as principais pautas da agenda institucional do cooperativismo, com foco nas contribuições para o Plano Safra 2026/2027.

A agenda integra o conjunto de articulações institucionais do Sistema OCB voltadas ao aprimoramento das políticas públicas para o setor. Durante o encontro, as lideranças destacaram o papel estratégico das cooperativas na produção agropecuária brasileira e na organização dos produtores, especialmente no acesso ao crédito, à tecnologia e aos mercados.

Entre os principais pontos apresentados estão a ampliação dos recursos para o crédito rural, o fortalecimento de instrumentos de mitigação de riscos, como o Seguro Rural, e a ampliação do acesso das cooperativas agropecuárias a programas como Pronaf e Pronamp. Também foram discutidas medidas de incentivo à armazenagem, à agroindustrialização e a iniciativas sustentáveis no campo.

Outro destaque da reunião foi o reconhecimento do papel das cooperativas de crédito na operacionalização das políticas públicas, contribuindo para ampliar o alcance dos recursos e garantir maior eficiência em sua distribuição, especialmente para pequenos e médios produtores.

Na última semana, Tania também esteve no Ministério da Agricultura e Pecuária para apresentar propostas ao Plano Safra, em agenda que deu início à consolidação das contribuições do cooperativismo para o período 2026/2027.

“As propostas foram construídas a partir do diálogo com cooperativas e lideranças de todo o país e buscam fortalecer a competitividade do setor, ampliar o acesso às políticas públicas e impulsionar o desenvolvimento sustentável nas diferentes regiões brasileiras”, destacou o presidente Márcio.

Também foram abordadas outras pautas prioritárias para o cooperativismo, como o avanço da regulamentação da reforma tributária, a modernização da jornada de trabalho e a ampliação de iniciativas voltadas para segurança jurídica para as cooperativas brasileiras.

Alckmin afirmou que as propostas serão analisadas com atenção e que o cooperativismo continua sendo um dos setores reconhecidos pelo governo como responsável por ações que aumentam a produtividade brasileira e contribuem de forma sólida e efetiva para o desenvolvimento econômico e social do país.



Lei restabelece isenção de PIS/Cofins para coops de reciclagem



Na manhã desta quinta-feira (23), foi sancionada a lei que restabelece a isenção de PIS e Cofins para cooperativas de reciclagem, um avanço relevante para o setor, que encerra um ciclo que impactava diretamente a renda de milhares de catadores e catadoras em todo o país. A medida corrige distorções provocadas após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2021.

Com a nova legislação, volta a valer a incidência zero dos tributos sobre as atividades de reciclagem. Para a presidente executiva do Sistema OCB, Tania Zanella, o resultado representa o reconhecimento de uma atividade essencial. “Trata-se de uma medida justa, que corrige um desequilíbrio e valoriza o trabalho de milhares de brasileiros que contribuem diariamente para a sustentabilidade ambiental e a inclusão produtiva”, afirmou.

A nova legislação também responde a um ponto crítico: a necessidade de segurança jurídica para o setor. Sem a isenção, havia o risco de desestímulo às atividades de reciclagem, especialmente diante da incidência tributária sobre insumos reciclados.

A conquista é resultado de uma articulação construída ao longo dos últimos anos, com forte atuação do Sistema OCB junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo. O Projeto de Lei 1.800/2021 foi apresentado pelo deputado Domingos Sávio (MG), integrante da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop).

Ao longo da tramitação, o texto recebeu contribuições importantes, como o substitutivo do deputado e membro da diretoria da Frencoop, Evair de Melo (ES), na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Na Comissão de Finanças e Tributação, o relator Thiago de Joaldo (SE) teve papel decisivo ao destacar os impactos econômicos e sociais da medida. Já no Senado, a proposta avançou com pareceres favoráveis dos senadores Alan Rick (AC) e Luis Carlos Heinze (RS), também integrantes da Frencoop.

Atuação do Sistema OCB

Desde a suspensão dos dispositivos da chamada Lei do Bem, o Sistema OCB atuou de forma contínua para reverter o cenário. A entidade participou de audiências públicas, elaborou estudos técnicos e manteve diálogo permanente com parlamentares e órgãos do governo.

Levantamentos realizados pelo Sistema OCB mostraram que, após a decisão do STF, os catadores e catadoras passaram a arcar com um aumento expressivo na carga tributária, saindo de uma média de R\$ 48 mensais para valores superiores a R\$ 200. O impacto direto foi sentido na renda dos trabalhadores.